

# PEC: POBRES ESMAGADOS PELA CRISE!

30-Mar-2010

OpiniÃ£o

Texto de Carlos Vieira

Ã

A conhecida palavra de ordem que a UDP criou nos anos oitenta, "Os ricos que paguem a crise", ganha uma nova actualidade com o PEC "Programa de Estabilidade e Crescimento" que, ao que tudo indica, serÃ¡ aprovado hoje na Assembleia da RepÃºblica, com os votos a favor do PS e a abstenÃ§Ã£o do PSD. Com efeito, o PEC Ã© o mais violento ataque aos pobres e Ã classe mÃ©dia desde o 25 de Abril. O PS manda Ã s urtigas o seu prÃ³prio programa eleitoral, fazendo, agora, exactamente, o contrÃ¡rio daquilo que prometera aos portugueses hÃ¡ apenas meio ano.

As medidas mais gravosas para os mais pobres (e Ã© bom lembrar que, em Portugal, a chamada "classe mÃ©dia baixa" estÃ¡ cada vez mais proletarizada) sÃ£o as que determinam reduÃ§Ãµes nas despesas sociais, a comeÃ§ar pelas nÃ£o contributivas, como seja o congelamento atÃ© 2013 do abono de famÃ-ia e da acÃ§Ã£o social escolar, enquanto se reduz aos verbas do complemento solidÃ¡rio para idosos, subsÃ-dio social de desemprego e o rendimento social de inserÃ§Ã£o. Cortes nas despesas de saÃºde no valor de 715 milhÃµes de euros, com o governo a referir mudanÃ§as a nÃ-vel de meios complementares de diagnÃstico, fazem prever a degradaÃ§Ã£o do ServiÃço Nacional de SaÃºde. Por outro lado, ao reduzir as deduÃ§Ãµes das despesas de educaÃ§Ã£o, habitaÃ§Ã£o e saÃºde no IRS, o Governo estÃ¡ tambÃ©m, na prÃ¡tica, a aumentar os impostos.

As mais valias mobiliÃ¡rias superiores a 500 euros passam a ser tributadas Ã taxa de 20% (note-se que em FranÃ§a as mais valias bolsistas pagam 26% de imposto). Mas o governo nÃ£o incluiu a proposta no OrÃ§amento e adiou a sua aplicaÃ§Ã£o para um futuro indefinido, quando tiver passado o perigo de recessÃ£o. Oito deputados do PS, entre os quais, Vera Jardim, Ana Catarina Mendes e JoÃ£o Galamba, entregaram uma declaraÃ§Ã£o de voto a contestar esta dualidade de critÃ©rios: mÃ£o pesada para os mais pobres e tolerÃ¢ncia mÃ¡xima para os mais ricos.

Ã Ã Ã Ã Ã

AliÃs, este PEC jÃ¡ provocou maisÃ algumas reacÃ§Ãµes no interior do prÃ³prio PS. Pedro AdÃ£o e Silva e Paulo Pedrosos mostraram-se chocados com a factura enviada aosÃ mais pobres. MÃrio Soares, Ana Gomes e JoÃ£o Cravinho criticaram as privatizaÃ§Ãµes anunciadas da REN, TAP, GALP, EDP e atÃ© dos CTT. JoÃ£o Cravinho lamentou que atÃ© Paulo Portas tenha dado "oeliÃ§Ãµes de esquerda a SÃcrates", ao chamar-lhe a atenÃ§Ã£o para o perigo de se privatizarem empresas que vÃ£o agravar situaÃ§Ãµes monopolistas, e considerou que "o PS entrou numa deriva Ã direita da qual vai ser muito difÃ-cil regressar sem que haja grandes alteraÃ§Ãµes na direcÃ§Ã£o". TambÃ©m Manuel Alegre foi contundente, nÃ£o se deixando condicionar pela indecisÃ£o de SÃcrates em apoiar a sua candidatura Ã presidÃªncia da RepÃºblica: "NÃ£o Ã© moralmente aceitÃ¡vel que enquanto se impÃµe o congelamento de salÃ¡rios na funÃ§Ã£o pÃºblica haja gestores de empresas com capitais pÃºblicos que se atribuem milhÃµes de euros de prÃ©mios e benefÃ-cio. Ã% um escÃndalo para a saÃºde da RepÃºblica."

Ã Ã Ã Ã Ã

E, no entanto, nÃ£o foi por falta de alternativas que SÃcrates enveredou por este caminho PECaminoso. Tanto o PCP como o Bloco de Esquerda apresentaram propostas para reduzir ainda mais o dÃ©fice, promover o desenvolvimento e relanÃ§ar a economia. Uma das 15 medidas apresentadas pelo BE para uma "economia decente", para alÃ©m da taxaÃ§Ã£o de 20%, com aplicaÃ§Ã£o imediata, das mais-valias bolsistas, Ã da taxaÃ§Ã£o de 25% sobre

todas as transferências para offshores, e ainda o limite das isenções e benefícios que permitem que os bancos paguem metade de IRC que paga uma qualquer mercadoria, era o investimento de cinco mil milhões de euros, ao longo de três anos, na reabilitação de casas degradadas e desocupadas, para recuperar 200 mil casas, criando 60 mil postos de trabalho directos na indústria de construção civil e relançar a economia. Assim, resolver-se-ia, ainda, um problema dramático que afecta muitos dos centros históricos das nossas cidades (de Lisboa ao Porto, passando por Viseu), já que as autarquias se têm mostrado incapazes de impedir que tantas casas em ruínas tombem nas nossas cabeças.

Carlos  
Vieira e Castro